

UMA CIDADE FRENÉTICA E ESTÁTICA: A FUGA DA POPULAÇÃO DE ANTIOQUIA DURANTE A REVOLTA DAS ESTÁTUAS (387)*

Gilvan Ventura da Silva**

Resumo: *A História Urbana da Antiguidade Tardia é marcada por um conjunto de transformações que vão aos poucos redefinindo a paisagem da cidade clássica, de modo a convertê-la na cidade pós-clássica, uma forma urbana particular que conjuga as antigas estruturas greco-romanas e judaicas associadas a elementos cristãos. A cidade pós-clássica, que vigora entre os séculos III e VII, é, pois, uma forma urbana híbrida e ao mesmo tempo particular; cuja história não deve ser interpretada nos termos de “declínio” ou “ruína”, em contraste com a cidade clássica, que lhe teria sido superior. Além disso, não convém examiná-la apenas do ponto de vista do ambiente construído, sem levar em conta a apropriação cotidiana do espaço urbano pelos usuários, o que equivale a reintroduzir a população na agenda de pesquisa sobre as poleis e civitates da época tardia. À luz dessas considerações, nosso objetivo é refletir sobre o comportamento dos habitantes de Antioquia, a metrópolis da província da Síria-Coele, por ocasião do Levante das Estátuas, com destaque para o movimento de fuga dos cidadãos devido à difusão de um rumor sobre a invasão iminente da cidade pelas forças imperiais, quando, de um momento para o outro, Antioquia se viu privada dos agentes que lhe conferiam movimento e vitalidade, como relatam Libânio e João Crisóstomo, testemunhas oculares do episódio.*

Palavras-chave: *Antiguidade tardia; Antioquia; história urbana; cidade pós-clássica; população.*

* Recebido em: 15/03/2020 e aprovado em: 30/07/2020.

** Professor titular de História Antiga da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutor em História pela Universidade de São Paulo, bolsista produtividade 1-C do CNPq e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). No momento, executa o projeto *Migração, movimento e desordem na cidade pós-clássica: Antioquia e os efeitos da dinâmica populacional (356-397 d.C.)*. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4868-6596>.

**A FRANTIC AND STATIC CITY:
THE FLIGHT OF THE ANTIOCHENE POPULATION
DURING THE RIOT OF THE STATUES (387)**

***Abstract:** The Urban History of Late Antiquity is conditioned by changes which progressively redefined the landscape of the classical city, in order to turn it into the post-classical city, a particular urban form that associates the old Greco-Roman and Jewish structures with the Christian ones. Therefore, the post-classical city, whose time span is between the 3rd and the 7th centuries, is at the same time a hybrid and a particular urban form which should not be described by means of the concepts of “decline” or “ruin” and should not be compared to the classical city. Moreover, it is not convenient to analyse the late antique city regarding only its built framework, without examining the everyday usage of the urban space by people, what leads us to reintroduce the population in the research agenda about the later poleis and civitates. In the light of such remarks, our main purpose is to reflect about the behaviour of the people of Antioch, the metropolis of the Syria-Coele province, during the Riot of the Statues, which took place in February 387, emphasizing the flight of the citizens due to the spread of a rumour about the imminent invasion of the city by the imperial forces. On this occasion, Antioch was suddenly devoid of the agents responsible for giving it movement and vitality, as Libanius and John Chrysostom, eyewitness of the episode, inform us.*

***Key words:** Late antiquity; Antioch; urban history; post-classical city; population.*

Quando refletimos sobre a História do Império Romano – ou seja, sobre a conversão progressiva de uma modesta cidade situada na região central da Península Itálica numa unidade política supracontinental responsável por produzir a mais sólida e duradoura experiência de globalização de toda a Antiguidade ao congregar uma infinidade de povos, sociedades e culturas que gravitavam em torno do Mediterrâneo e mesmo além, como comprova a anexação de territórios longínquos, a exemplo da Britânia e da região setentrional da Península Ibérica –, é impossível ignorar o lugar ocupado pela formação urbana na estratégia de domínio imperial. Essa é, sem dúvida, uma das principais lições que aprendemos com Norberto Guarinello, um pesquisador que, em mais de uma oportunidade, buscou esclarecer a maneira pela qual as cidades, tanto as do Oriente quanto as do Ocidente, contribuíram para a construção daquilo que poderíamos definir como “ordem romana” ou “sistema imperial romano”. De fato, desde o início da expansão de Roma, ainda sob a República, o controle sobre as cidades, nos territórios que contavam com uma malha urbana já consolidada ou em

vias de consolidação (Península Balcânica, Ásia Menor, Síria-Palestina e norte da África), representou sempre uma eficiente estratégia empregada pelos conquistadores a fim de otimizar a exploração dos recursos locais, na medida em que, na transição para a época helenística, as *poleis* haviam se tornado autênticas células administrativas, contando com gestores experientes na arrecadação de tributos. Além disso, sendo geridas amiúde por uma elite nativa, as cidades gozaram, por muito tempo, de certa autonomia político-administrativa, o que, até pelo menos as reformas de Diocleciano e Constantino, eximiu os romanos de investir na sofisticação do aparato burocrático. Desse ponto de vista, é impossível não compreender o Império como um imenso conglomerado de cidades que constituíam a *alma mater* da própria civilização greco-romana, ainda mais se levarmos em consideração o fato de que, na Antiguidade, a *ásty* ou a *urbs* – ou seja, o ambiente construído, que erroneamente, diga-se de passagem, nos acostumamos a identificar como a cidade *per se* – encontrava-se associada à *khora* ou ao *ager*, razão pela qual a cidade antiga, definida como *pólis*, *civitas*, *municipium*, *colonia*, os substantivos mais comuns para nomeá-la, resultava da união do núcleo urbano com a zona rural, condição que perdurou até a época tardia (GUARINELLO, 2014, p. 93).

Mesmo após a desagregação do Império Romano do Ocidente, o que implicou, em muitos lugares, o enfraquecimento da célula urbana, a cidade não deixou de desempenhar papel relevante, pois, como argumenta Guarinello (2013, p. 170-171), o colapso da unidade imperial não trouxe qualquer regressão a um estágio “primitivo” ou a dissolução dos vínculos entre as comunidades mais distantes, permanecendo ativas, na bacia do Mediterrâneo, as interconexões e as redes de comércio que, por séculos a fio, conferiram sinergia ao Império. Naturalmente, as condições de existência das cidades na época tardia, em especial a partir do século V, não eram as mesmas de outrora, mas não podemos supor que a malha urbana do Império tenha sido abalada de modo irremediável e absoluto em virtude das assim denominadas invasões bárbaras e da posterior emergência dos reinos germânicos, o que teria assinalado, por toda parte, o dismantelamento das instituições romanas, incluindo as cidades, dissolvidas num irresistível movimento de ruralização, como se, nos séculos VI e VII, as sociedades ocidentais não se organizassem mais tendo como referência os núcleos urbanos, malgrado a queda demográfica e a retração do território que cedo atingiram diversos sítios da Récia, do Nórico e da Panônia (GRIG, 2013, p.

558). De fato, ao contrário de outros autores, que consideram o enfraquecimento – ou mesmo o declínio – da vida urbana o traço mais evidente da Antiguidade Tardia, a exemplo de Walbank (1978, p. 150) – para quem a desagregação do sistema imperial romano foi um processo que conduziu, ao fim e ao cabo, à “morte” da cidade antiga, consumida no rastro de uma pavorosa entropia –, importa salientar que, no Oriente, antigos núcleos urbanos, como Antioquia, Apameia, Citópolis, Cesareia, Jerusalém, Gerasa e Pela, apenas para citar os mais proeminentes, experimentam notável florescimento (WARD-PERKINS, 2008, p. 405-406). Desse modo, é plausível supor que, até pelo menos o século VII, a bacia do Mediterrâneo tenha continuado a ser, assim como havia sido por mais de um milênio, o epicentro de uma extensa rede a unir as cidades do Oriente àquelas do Ocidente e vice-versa, o que nos revela toda a complexidade subjacente ao estudo da História Urbana da Antiguidade Tardia, que não pode mais ser explicada de modo satisfatório por modelos de longo alcance ou por metanarrativas calcadas na reabilitação de antigas teses decadentistas segundo as quais a cidade, na época tardia, teria seguido uma trajetória de declínio e queda, como sugere Liebeschuetz (2001, p. 415), de modo provocativo.

A despeito do fato de o colapso da vida urbana ter constituído, de longa data, um fator recorrente nas explicações formuladas pelos historiadores acerca da transição da Antiguidade à Idade Média, importa salientar que somente nas duas últimas décadas tem-se verificado o aumento do interesse pelo estudo do urbanismo no intervalo compreendido entre os séculos III e VIII (GRIG, 2013, p. 554). Para tanto, a contribuição da Arqueologia tem sido simplesmente decisiva, não apenas em virtude das lacunas no registro textual, carência sobejamente conhecida dos pesquisadores, mas também da própria natureza do objeto de estudo, já que decerto não seria um equívoco descrever a cidade como “o maior artefato construído pelo homem que pode ser integralmente apreendido pelo olhar comum” (BARROS, 2007, p. 22). Em comparação à fase anterior da do Principado, estamos muito menos informados sobre o percurso, a dinâmica e as variações do fenômeno urbano na Antiguidade Tardia do que poderíamos supor, o que deveria nos deixar muito mais cautelosos quanto ao excesso de generalização, ainda que a generalização, como bem demonstrou Finley (1989, p. 72), seja um dos recursos intelectuais mais empregados pelos historiadores. Não obstante todos os desafios que envolvem, hoje, o estudo da História Urbana da Antiguidade Tardia, dentre os quais um dos mais – se não o mais – importantes talvez seja

a definição de parâmetros comuns de análise às cidades do Oriente e do Ocidente, não resta dúvida que esse campo de investigação é um dos mais promissores tanto para os antiquistas quanto para os medievalistas, que, ao lado dos arqueólogos, são convocados para definir as linhas de força da cidade entre o fim do Mundo Antigo e o início da Idade Média. Nessa tarefa, um dos conceitos mais operacionais dos quais dispomos é o de *cidade pós-clássica*, por meio do qual busca-se capturar aquelas formas da vida urbana que, embora cada vez mais afastadas dos padrões arquitetônicos vigentes desde pelo menos a época helenística, não rompem por completo com eles, ao mesmo tempo que incorporam características que tenderão a ser acentuadas à medida que avança a Idade Média, a exemplo da cristianização da paisagem urbana, donde se conclui que a *cidade pós-clássica* é, de início, marcada por certo hibridismo, mas sem que devamos considerá-la um mero interlúdio entre a época antiga e a medieval.

Para a definição de cidade pós-clássica concorre um elenco de variáveis que começam a se tornar mais visíveis da segunda metade do século III em diante, prolongando-se até pelo menos o século VII, quando o mundo de fala grega controlado pelos bizantinos e, em seguida, os territórios ocidentais sofrem o impacto da expansão árabe, o que representa não apenas um encontro casual entre os povos do Oriente e os do Ocidente ou a substituição de uma elite conquistadora por outra, como também um choque de civilizações, o que conduz à reformulação de todo o perfil das sociedades que gravitam em torno da bacia do Mediterrâneo, incluindo os princípios de organização da vida urbana (KENNEDY, 1985a, p. 142). Em termos globais, a cidade pós-clássica experimenta pouco a pouco uma alteração do ponto de vista da gestão pública, em decorrência do esvaziamento da *curia* ou *boulé*, ou seja, do conselho municipal encarregado não apenas de administrar a cidade, mas também de arrecadar os impostos, remetidos aos órgãos centrais do Estado. Premidos por exigências crescentes, os membros do *ordo decurionum* teriam buscado, por todos os meios, se desobrigar das exigências impostas pela cúria, seja ingressando nas fileiras da burocracia, no exército ou na carreira eclesiástica, ou mesmo refugiando-se em regiões inacessíveis da *khora*. Durante muito tempo, a falência das cúrias e a assim denominada “fuga dos decuriões” foram sempre lembradas como evidências inequívocas do “fim” da cidade antiga, mas, como observa Whitow (1990, p. 12), diante da permanência, em muitos sítios, da vida urbana até pelo menos o século VII, faz-se necessário corrigir essa interpretação, pois

o que parece ocorrer, na Antiguidade Tardia, é um rearranjo das elites urbanas devido à ascensão dos *honorati*, antigos funcionários imperiais que, ao se aposentarem, eram agraciados com a dignidade senatorial. Quando do retorno às suas cidades, os *honorati* passavam a desempenhar papel de destaque na administração local, não raro empregando seus próprios recursos na manutenção das redes de evergetismo urbano (LAURI, 2012, p. 20). Ao lado dos *honorati*, situavam-se os *principales*, ou seja, aqueles que, fazendo parte do *ordo decurionum*, detinham a posição de líderes e porta-vozes da cúria, em detrimento dos decuriões ordinários (LIEBESCHUETZ, 1992, p. 13). A essa lista de gestores urbanos, convém acrescentar os representantes da hierarquia eclesiástica, pois, com a consolidação do cristianismo, os bispos passam cada vez mais a exercer, em suas cidades, funções de natureza administrativa, um dos principais corolários da associação Estado/Igreja inaugurada por Constantino (CASTELLANOS, 2016).

Do ponto de vista do ambiente construído, a cidade pós-clássica conserva amiúde a infraestrutura herdada do período anterior. Afora os templos, duramente atingidos pela legislação imperial desde Constantino, os demais edifícios que compunham a paisagem da cidade antiga – basílicas, hipódromos, teatros, aquedutos, anfiteatros – serão, em muitas localidades, preservados ou mesmo restaurados, muito embora não se verifique investimento em novas construções, com uma ou outra exceção. O plano viário ortogonal também não sofre, num primeiro momento, qualquer alteração radical, havendo mesmo a tendência, tanto nas províncias orientais quanto nas ocidentais, de expansão das amplas avenidas ladeadas por colunas e pórticos, que se convertem num dos emblemas cívicos da cidade pós-clássica (DEY, 2015, p. 66). Assim como, na Antiguidade Tardia, a avenida das colonatas, um padrão arquitetônico que remontava ao início do Principado, adquiria maior relevo, as muralhas, que haviam feito parte do ambiente construído das *poleis* desde o seu surgimento, no século VIII a.C., também têm seu uso difundido por conta da aguda instabilidade vivida pelo Império em meados do século III, quando a Anarquia Militar expõe a fragilidade do sistema defensivo romano, numa conjuntura de recrudescimento das investidas dos germanos no *limes* e de reorganização da Pérsia sob o comando dos Sassânida (INTAGLIATA; COURAULT; BARKER, 2020). Não obstante a preservação de elementos arquitetônicos próprios da cidade clássica, a cidade pós-clássica conta com as suas próprias inovações, a maioria delas conectada ao cristianismo, que se torna, na época tardia, uma autêntica for-

ça social, interferindo não apenas nos ritmos da vida urbana, como também na configuração do território. Isso é feito por meio da multiplicação de igrejas, algumas delas absolutamente monumentais, de *martyria* (santuários erguidos para conservar as relíquias dos mártires), mosteiros, *nosokomia* (hospitais) e *hospitia* (albergues para os peregrinos) (PERRIN, 1995), de maneira que a cidade, na Antiguidade Tardia, reúne, num mesmo espaço, edifícios e monumentos associados às culturas pagã e cristã, além das sinagogas, cuja construção, ao menos no Oriente, recebe impulso significativo do século III em diante, no contexto daquilo que Schwartz (2004, p. 240 *et seq.*) qualifica como um “processo de judaização”.

Embora conjugando elementos arquitetônicos greco-romanos, judaicos e cristãos, o que atesta a adaptação das *poleis* e *civitates* aos novos tempos, a cidade pós-clássica é marcada por transformações substantivas, motivo pelo qual não podemos considerá-la o resultado de uma simples adição ou sobreposição de tradições culturais e religiosas distintas. Pelo contrário, importa mencionar que, sem prejuízo da sua funcionalidade, o perímetro urbano abriga, na Antiguidade Tardia, uma quantidade crescente de ruínas, a começar pelos templos, que sofrem progressivo abandono, seguidos pelos anfiteatros e teatros, que se tornam obsoletos à medida que os combates de gladiadores e os espetáculos cênicos são descontinuados, seja por decisão imperial ou por interferência das lideranças eclesiásticas. O processo, irregular tanto no tempo quanto no espaço, é difícil de ser capturado em detalhes sem uma rigorosa prospecção arqueológica dos sítios, mas as linhas gerais parecem indicar que a cidade pós-clássica conviveu, por um lado, com o aumento progressivo das ruínas e descampados (WHITOW, 1990, p. 19), e, por outro, com uma ocupação desordenada do solo, como revelam a construção, nos pórticos formados pela avenida das colonatas, de *stands* em material permanente para a comercialização de produtos e a supressão das ruas largas e retilíneas, substituídas, ao menos nas cidades do Oriente, por vielas ladeadas de lojas, prenúncio dos *souks* (bazares) medievais (SARADI, 1994, p. 298; KENNEDY, 1985b, p. 13-14). Tais transformações, no entanto, não devem ser interpretadas *a priori* nos termos de uma “ruína” ou “declínio”, pois, em muitas localidades, elas foram ditadas pelas exigências do contexto histórico, uma vez que os habitantes se viram compelidos a adaptar a configuração arquitetônica do sítio para mantê-lo em funcionamento, o que nos conduz a uma importante conclusão acerca dos estudos contemporâneos que têm por objeto a cidade pós-clássica: a desatenção

dos pesquisadores para a maneira como os agentes se comportavam no ambiente urbano, como se relacionavam com os edifícios, monumentos, avenidas e praças, o que implicava, em muitas circunstâncias, construção, reconstrução, destruição, ocupação, desocupação e tantas outras ações cujo resultado impactava diretamente a organização da paisagem. Além disso, como bem observa Liebeschuetz (2001, p. 40), a história da cidade, na Antiguidade Tardia, não deve ser confundida com a história do despovoamento dos sítios, pois, mesmo numa conjuntura de retração demográfica, uma cidade poderia seguir ativa, a exemplo de Antioquia, a moderna Antakya, hoje localizada em território turco.

Todos os argumentos até aqui expostos nos sugerem que o estudo da cidade pós-clássica não pode, de modo algum, prescindir do escrutínio das modalidades de interação dos habitantes com o ambiente construído. Todo e qualquer núcleo urbano se realiza, no espaço, como produto de inúmeras variáveis, dentre as quais a população detém evidente protagonismo, na medida em que os usuários, por meio do seu deslocamento constante, conferem movimento à cidade, donde se conclui que uma cidade desprovida de pessoas seria tão somente um *framework* inerte. À luz dessas considerações, temos por propósito discutir, nas páginas que se seguem, o nexos entre cidade e população na época tardia do Império Romano, tendo como referência um acontecimento ocorrido em fevereiro de 387, em Antioquia, a metrópole da província da Síria-Coele: o assim denominado “Levante das Estátuas”, quando os antioquenos, enfurecidos com o anúncio de uma nova taxa, rebelam-se contra o poder imperial, derrubando e despedaçando as estátuas de Teodósio, de seu filho, Arcádio, e de Flacila, a imperatriz já falecida. Como consequência de um ato tão audacioso como este, que, do ponto de vista jurídico, configurava crime de *maiestas*, de lesa-majestade, esperava-se feroz repressão por parte do imperador. Apavorados com o que o futuro lhes reservava, os cidadãos começaram a abandonar Antioquia aos borbotões, deixando a *pólis* vazia e silenciosa, para desgosto de Libânio, que censura asperamente seus concidadãos por adotarem tal comportamento. O assunto desperta igualmente a atenção de João Crisóstomo, que, na sua série de *Homilias sobre o Levante das Estátuas*, lamenta a desolação da cidade, privada das pessoas e da consequente mobilidade que lhe eram tão características. Ambos, Libânio e João Crisóstomo, nos permitem, assim, avaliar, no âmbito da cidade pós-clássica, o papel desempenhado pela população, responsável por conferir vida e movimento às ruas, praças, avenidas e edifícios.

O governo de Teodósio (379-395), em termos econômicos, não foi decerto um dos mais prósperos para Antioquia, pois a cidade, no decorrer do inverno de 381-382, foi fustigada pela fome devido a variações climáticas que afetaram as colheitas, desencadeando súbito aumento no preço do trigo e, conseqüentemente, do pão. Chamado a intervir para solucionar o impasse, o *comes Orientis* Filágrio procura agir com prudência, a fim de não desagradar aos padeiros que, reunidos num influente *collegium*,¹ poderiam abandonar a cidade, como haviam feito algum tempo antes. Exasperados com a inércia de Filágrio, os antioquenos o interpelam, acusando-o de receber suborno para não tomar as providências cabíveis. Acuado, o *comes Orientis* resolve tomar uma atitude drástica, determinando que os padeiros sejam açoitados em praça pública. Comovido com a cena, Libânio toma a defesa dos infelizes, sendo bem-sucedido em dissuadir Filágrio a interromper o triste espetáculo (LIB. Or. I, 205-208). Um pouco depois, em 384, uma nova fome irrompe em Antioquia, que é subitamente invadida pelos camponeses da *khora* e por refugiados de outras cidades da região em busca de alimento. Visando a impedir uma nova alta dos preços, o *comes Orientis* Icário decide tabelar o preço do pão, o que apenas agrava o problema, pois a cidade logo passa a sofrer com o desabastecimento, enquanto muitos falecem por inanição (DOWNEY, 1961, p. 420-421). Não bastasse a rotineira carência de víveres, a crise econômica é ainda agravada por outros fatores. A situação dos decuriões, que vinha se deteriorando desde meados do século IV, torna-se, na década de 380, ainda mais dramática. Pressionados pelos governadores e pelos vicários, os membros da cúria são submetidos a toda sorte de exigências e não raro tratados de modo desrespeitoso e abusivo, o que os torna cada vez menos dispostos a colaborar com o regime (PETIT, 1955, p. 270-271). Os camponeses, por sua vez, não se encontravam a salvo do arbítrio das autoridades, que os obrigavam a executar serviços públicos pelos quais não eram responsáveis, ao passo que, vez por outra, os comerciantes eram submetidos a taxações ilegais (DOWNEY, 1961, p. 423). Todos esses acontecimentos, ao indicarem, ao longo da década de 380, a existência de uma conjuntura econômica claramente desfavorável, nos permitem compreender o Levante das Estátuas, não como um episódio fortuito na história da *pólis*, mas como o ponto culminante de uma sequência de dissabores e insatisfações que já vinham se acumulando há algum tempo.

No fim de fevereiro de 387,² a notícia de uma taxaçoão extraordinária decretada por Teodósio chega a Antioquia e é proclamada perante os *curiales* reunidos em assembleia no *dikasterion*, que, ao lado do *bouleuterion*,

constituía uma das sedes do conselho municipal. Tomados de indignação, os presentes se dirigem, na companhia de outros cidadãos influentes, à residência de Celso, o *consularis Syriae* (governador da província) à época, com a intenção de solicitar uma redução no valor exigido. Embora não saibamos ao certo a natureza do imposto em questão,³ seu propósito era custear as despesas com as comemorações dos dez anos de governo (*decennialia*) de Teodósio ou mesmo a campanha contra Máximo, que, nas Gálias, havia sido proclamado imperador (SOLER, 1997, p. 461). Sem obter uma resposta satisfatória de Celso, os *curiales* decidem apelar para Flaviano, o bispo da cidade, que não é encontrado em sua residência. Nesse ínterim, a revolta já tomara proporções maiores por conta da adesão da claque do teatro, um contingente cuja função era aplaudir os dançarinos e atores. Em Antioquia, a claque detinha certo protagonismo, por liderar as aclamações ou os opróbrios dirigidos ao imperador, ao *consularis Syriae*, ao *comes Orientis* (o vicário da diocese do Oriente) e demais autoridades por ocasião dos espetáculos teatrais (BROWNING, 1952). Enfurecida, a multidão se lança contra a residência do *consularis Syriae*, mas sem conseguir invadi-la. Em seguida, se dirige a uma das termas vizinhas ao *dikasterion*, rompendo as cordas que sustentavam as lamparinas. Na sequência, a turba se volta contra os ícones imperiais, apedrejando e despedaçando os painéis de madeira pintados com efígies de Teodósio e sua família, o que poderia dar ensejo a uma acusação de *maiestas*, uma vez que esses retratos, confeccionados em Constantinopla, eram distribuídos a todas as cidades do Império quando da ascensão de um novo imperador, possuindo, assim, caráter oficial. Não satisfeita, a multidão se apodera das estátuas de bronze de Teodósio, de seu filho, Arcádio, e da imperatriz Flacila, que são arrancadas de seu pedestal e arrastadas pelas ruas da cidade. Deixando os fragmentos das estátuas como brinquedos para as crianças, os revoltosos avançam sobre a residência de um iminente cidadão que se posicionara a favor do pagamento do imposto, incendiando-a. Nesse momento, o comandante dos arqueiros (*toxotai*) comparece com seus homens para debelar o incêndio. Já o *comes Orientis*, que até então se mantivera a distância, intervém com suas tropas e detém vários insurgentes, que são encarcerados no *dikasterion*. Por volta do meio-dia, a ordem já havia sido restabelecida, mas as consequências da revolta eram imprevisíveis (DOWNEY, 1961, p. 428-429).

A essa altura, mensageiros haviam sido despachados para Constantinopla, a fim de notificar o imperador do ocorrido. Tão logo toma ciência dos

acontecimentos, Teodósio despacha dois emissários, o *magister officiorum* Cesário e o *magister utriusque militiae per Orientem* Helébico, com a incumbência de identificar, julgar e punir os culpados. No entanto, antes mesmo da chegada de ambos à cidade, os incendiários pertencentes às categorias mais humildes já haviam sido condenados à morte. Além de determinar rápida apuração dos fatos, o imperador expede também um decreto em que ordena o fechamento das termas, dos teatros e do hipódromo, suspende a distribuição gratuita de pão à plebe urbana e priva Antioquia do seu estatuto de *metropolis* da Síria-Coele, subordinando-a então a Laodiceia, sua antiga rival (FRENCH, 1998, p. 468). Enquanto isso, Flaviano, a despeito da idade avançada e do precário estado de saúde de sua irmã, dirige-se a Constantinopla à frente de uma representação dos *curiales*, para interceder junto a Teodósio em favor dos antioquenos, fato celebrado por João Crisóstomo como uma façanha do bispo legítimo de Antioquia, na medida em que, à época, Flaviano disputava com Evágrio, o sucessor de Paulino, a liderança dos cristãos nicenos (QUIROGA PUERTAS, 2016, p. 468-469). Cerca de duas semanas após o levante, Cesário e Helébico chegam à cidade para presidir o inquérito, no decorrer do qual detêm diversos *curiales* para interrogatório. As audiências são realizadas no *praetorium* do *magister militum* e contam com a presença de Libânio, autorizado a se sentar na tribuna, ao lado dos emissários imperiais, em virtude do título de prefeito do pretório honorário, concedido a ele por Teodósio alguns anos antes. João Crisóstomo, por sua vez, também se encontra presente, mas na condição de espectador. Diante da possibilidade de os acusados serem condenados à pena capital, os monges radicados no Monte Sílpios descem em massa para Antioquia, com a intenção de rogar clemência aos juízes (SOLER, 1997, p. 464-465). No fim das contas, os réus não tiveram a morte decretada, mas foram encarcerados até que o imperador decidisse a punição mais conveniente. Encerrado o processo, Cesário dirige-se às pressas a Constantinopla para reportar o ocorrido a Teodósio, que, decerto comovido pelas súplicas de Flaviano, decide conceder o perdão à cidade, restaurando todos os privilégios que lhe haviam sido retirados. Por volta do Domingo de Ramos de 387, a notícia do perdão imperial é finalmente anunciada. Tomada de júbilo, a população ocupa as ruas em festa. Na semana seguinte, Flaviano já estava de volta a Antioquia para officiar as cerimônias da Páscoa (STEPHENS, 2013, p. 6; DOWNEY, 1961, p. 431).

Não obstante o desfecho positivo do episódio, as cinco semanas transcorridas entre a destruição das estátuas e o anúncio do perdão imperial foram de

grande tensão em Antioquia, como Libânio e João Crisóstomo, testemunhas oculares do acontecimento, nos permitem concluir. Aterrorizada com a expectativa de uma retaliação violenta por parte de Teodósio, a população decide fugir às pressas, comportamento que Libânio considera o menos apropriado, como argumenta em duas orações, a *Oratio XXIII, Contra os refugiados*, e a *Oratio XIX, Ao imperador Teodósio, sobre os levantes*, ambas escritas após o término do episódio. Na primeira, o sofista se dirige aos seus concidadãos, censurando-os asperamente pela atitude irracional que tomaram em face das circunstâncias, ao passo que, na segunda, apela ao imperador para que perdoe a cidade pela falta cometida. Embora o destinatário da *Oratio XIX* seja Teodósio, ao que tudo leva a crer o discurso circulou apenas entre os amigos e admiradores de Libânio, sem nunca ter sido enviado à corte. O motivo da sua elaboração talvez tenha sido o desejo do sofista de expor os argumentos, em favor de Antioquia, que gostaria de dizer ao imperador, caso tivesse tido a oportunidade, pois Libânio não integrava a comitiva liderada por Flaviano que havia se deslocado a Constantinopla (FRENCH, 1998, p. 473-474). Seja como for, em ambas as orações, o autor nos permite captar a intensidade do pânico que tomou conta da população após o levante, em virtude do rumor segundo o qual Teodósio teria autorizado os soldados a pilhar e massacrar a *pólis*, vingando assim o ultraje cometido contra a família imperial, tanto por meio da imposição de uma sanção pecuniária – no caso, o saque das possessões individuais – quanto por meio do derramamento de sangue. Libânio (*Oratio XIX*, 39-40), ele mesmo, teria buscado alertar seus concidadãos, embora sem sucesso, acerca do caráter infundado da notícia, pois, em sua opinião, não seria razoável que o imperador punisse todos os habitantes, sem distinção, inclusive aqueles que, por ocasião do levante, se encontravam ausentes da cidade ou mesmo recolhidos em casa, convalescendo de alguma enfermidade.

De acordo com Libânio, apesar da gravidade, o Levante das Estátuas resultou num número reduzido de execuções, razão pela qual não teria sido o mais grave dos inconvenientes vividos pela população de Antioquia. Pelo contrário, em sua avaliação, o dano maior que o levante trouxe à *pólis* foi o pânico generalizado que tomou conta dos habitantes após a divulgação dos boatos acerca da invasão iminente da cidade pelas tropas imperiais, o que desencadeou um êxodo em massa, no decorrer do qual muitos perderam a vida. Logo na abertura da oração *Contra os refugiados*, Libânio descreve a triste situação daqueles que, na fuga, se tornaram presas fáceis para os bandidos:

Nós todos ouvimos as notícias de que todo lugar se encontra repleto de cadáveres – campos, estradas, montanhas, colinas, cavernas, cimos, bosques e ravinas –, alguns sendo uma festa para pássaros e feras, outros levados correnteza abaixo, pelo rio, na direção do mar. Acerca dessas notícias, às vezes fico chocado, às vezes sou tomado de censura pelos sofreadores, nutrindo a expectativa de que tenham apenas recebido aquilo que mereceram em virtude da sua fuga. Vocês poderiam dizer que eles sacaram sobre si mesmos as espadas dos assassinos. Se tivessem permanecido em casa, não teriam sofrido tal destino. Mas, agora, encontram tal fim em suas andanças a esmo e se oferecem como um banquete àqueles que abraçaram o banditismo, e, além disso, multiplicando o número das vítimas em potencial, têm induzido outros a se lançar na bandidagem. (LIB. Or. XXIII, 1-2)

Considerando que o banditismo, no Império Romano, era um problema endêmico, a fuga desordenada dos habitantes de Antioquia deu ensejo a que os ladrões e salteadores se aproveitassem da situação para pilhar os refugiados, abatidos sem clemência.⁴ A ação ostensiva dos malfeitores se devia ao fato de que as pessoas costumavam levar consigo os bens que conseguissem transportar, o que acarretou aumento expressivo no preço do aluguel de animais de carga (asnos, mulas e camelos) (LIB. Or. XXIII, 4), disputados com avidez pelos mais abastados, que, detendo maior patrimônio móvel, teriam forçosamente de recorrer a esse tipo de serviço para viabilizar sua fuga. Segundo Libânio, o pânico se disseminou de modo indiscriminado entre os diversos estratos sociais, atingindo igualmente ricos e pobres. Numa crítica ácida dirigida aos *honorati*, o sofista os acusa de traição por decidirem partir, em vez de permanecerem na cidade e tranquilizarem seus concidadãos, como seria de se esperar de indivíduos em posição de liderança. Pelo contrário, temendo por suas vidas e motivados apenas pelos próprios interesses, “começaram a remover, alguns durante a noite, outros à vista de todos, quantidades tais de prata que requeriam um comboio de carros ou uma fileira de mulas que gemiam sob os fardos” (LIB. Or. XXIII, 18-19). Ao agirem assim, os *honorati* teriam estimulado ainda mais a cobiça dos ladrões, que se lançaram sobre as vítimas, não poupando nem mesmo os defuntos, cujas sepulturas foram sistematicamente pilhadas (LIB. Or. XIX, 59). Mas não apenas os bandidos foram responsáveis por

infligir danos aos antioquenos, pois Libânio culpa também os próprios cidadãos, que, relapsos em impedir a fuga desesperada de suas esposas, antes associaram-se a elas no pavor de desastres imaginários (LIB. Or. XXIII, 6).

A crítica de Libânio (Or. XXIII, 7-9) se fundamenta, em primeiro lugar, no absurdo da situação, pois, segundo o autor, não havia o menor indício de envolvimento de mulheres no Levante das Estátuas, já que o episódio teria contado apenas com a participação ativa de homens. Por essa razão, seria altamente improvável que qualquer mulher fosse arrolada no inquérito, situação que, no fim das contas, se provou verdadeira.⁵ Todavia, contrariando as leis do bom senso, as mulheres, muitas delas grávidas, teriam abandonado Antioquia em desabalada carreira, colocando-se assim numa situação de extrema vulnerabilidade. Mas não somente elas, pois muitas crianças, no decorrer da fuga, foram deixadas para trás, caíram dos braços de quem as carregava ou morreram de inanição (LIB. Or. XXIII, 5). O resultado dessa ação desastrada teria sido justamente aquilo que se desejava evitar:

Devido ao medo estúpido, após ter gastado o pouco dinheiro que tinham, as mulheres eram incapazes de dar aos seus filhos pão quando estes o pediam e, em prantos, sepultavam seus famintos rebentos, e então elas mesmas morriam de causa idêntica, pois mesmo que esmolassem, não conseguiriam muita comida. Todos estavam em situação de penúria, exceto os que se retiraram para suas propriedades, e não havia muitos destes. (LIB. Or. XXIII, 9)

O medo irracional que se apoderou dos antioquenos compeliu muitos a deixar a cidade sem a menor precaução, não tendo para onde se dirigir e nem levando consigo provisões necessárias para a viagem. Aqueles que não pereceram nas mãos dos malfeitores foram colhidos, no caminho, pela fome inclemente. Mesmo os poucos que ficaram não tiveram melhor sorte, devido à desorganização dos serviços. Libânio (Or. XXIII, 20-23), ele mesmo, sofre com o súbito abandono da sua escola pelos estudantes, que partem às pressas sem ao menos avisá-lo. Tal comportamento seria fruto do mesmo pavor irracional que atingira as mulheres, pois os alunos não participaram do episódio, nem mesmo na condição de testemunhas, tendo sido informados por terceiros do ocorrido. Todavia, contaminados pelo frenesi geral e vislumbrando um pretexto razoável para justificar a própria indolência, muitos estudantes provenientes de outras cidades optaram por retornar às suas casas ou buscar refúgio na residência de parentes e amigos.

O mesmo teria sucedido com os médicos, que foram embora deixando os pacientes sem assistência (LIB. Or. XIX, 59). O cenário descrito por Libânio após o Levante das Estátuas é, pois, de profunda desolação, uma vez que a fuga desordenada da população, motivada pelo pânico, não apenas havia precipitado muitos em grave perigo, mas também conduzido ao súbito esvaziamento de Antioquia, que se viu assim desfigurada, como lamenta Libânio no seu discurso a Teodósio:

A expectativa da morte, mesmo se ela nunca ocorre, é mais dolorosa que o golpe inesperado. Muitas pessoas, senhor [Teodósio], perderam seus recursos ou seus serviços devido a essa insuportável tensão. Muitas mães tiveram o filho caído de seu colo. Muitos homens foram despojados pelas hordas de bandidos, e foram privados da vida assim como da sepultura. Nossa cidade mudou inteiramente – para ser mais preciso, ela não é mais uma cidade. O teatro está fechado, assim como a pista de corridas. Nenhum noivo leva de volta para casa a noiva, nenhuma tocha é acesa para o casamento, nenhum canto nupcial é entoado. Todas as flautas e canções nos deixaram. Não há gracejos, não há pilhéria nem banquetes. Absolutamente nada pode ser visto aqui que conduza ao prazer e à satisfação. As lições de retórica se extinguíram, assim como as lições da escola elementar. Não há ninguém para ensinar e ninguém para aprender. Há apenas a palidez dos doentes, a voz dos inválidos, o sentimento de perplexidade. (LIB. Or. XIX, 59-61)

Libânio associa a fuga e a morte de muitos provocadas pelo desespero a uma sensível alteração no cotidiano da cidade, que se vê privada da sua principal característica: o movimento, o burburinho, a reunião de pessoas para festejar e confraternizar umas com as outras, o que realça a solidão da *pólis*, abandonada por seus cidadãos, tendo restado apenas os enfermos e os inválidos, cuja mobilidade se encontrava comprometida. Após um momento de intensa agitação, responsável por trazer mais dor do que alívio, sucede o silêncio, a indicar que Antioquia não poderia mais, a justo título, ser considerada uma *pólis*, já que lhe faltava o essencial: os habitantes. Lamento semelhante ao de Libânio é aquele externado por João Crisóstomo, na segunda homilia da série sobre o Levante das Estátuas, o que, de certo modo, contraria a opinião segundo a qual haveria diferenças substantivas entre o relato de Libânio e o de João Crisóstomo acerca do evento,⁶ pois,

ainda que ambos apresentem, em mais de uma ocasião, pontos de vista conflitantes, não é menos verdade que, em determinados aspectos, seus relatos são convergentes, como no que concerne ao vazio dominante em Antioquia por conta do êxodo em massa da população. O contraste entre a situação anterior e posterior ao levante era tão visível que mereceu o seguinte comentário da parte de João Crisóstomo:

Outrora, não havia nada mais feliz do que nossa cidade. Nada mais melancólico agora do que aquilo no que ela se tornou. Como abelhas zunindo em torno da colmeia, antes disso os habitantes a cada dia circulavam pelo fórum, e todos nos faziam felizes por serem tão numerosos. Mas, veja, agora esta colmeia se tornou solitária. Pois assim como a fumaça faz com as abelhas, o medo afugentou nossos enxames. E aquilo que o profeta diz ao se lamentar por Jerusalém, nós podemos repetir: “Nossa cidade se parece com um terebinto que perdeu suas folhas”. Pois, assim como um jardim, quando falha a irrigação, exhibe as árvores desprovidas das suas folhas e sem os seus frutos, o mesmo aconteceu com nossa cidade. Como o auxílio dos céus a abandonou, ela permanece desolada, privada de quase todos os seus habitantes. Nada é mais doce do que a sua própria terra, mas, hoje, nada é mais amargo. Todos evitam os locais de reunião, como se fossem uma armadilha. As pessoas os evitam como se fossem calabouços. Elas saltam daí como fazem com o fogo [...]. E agora nossa calamidade se transformou num enigma; uma fuga sem inimigos; uma expulsão dos habitantes sem uma batalha sequer; um cativo sem captura! Nós não vimos o fogo dos bárbaros nem contemplamos a face dos inimigos; mas ainda assim experimentamos o sofrimento dos cativos. Todos os homens agora ouvem falar das nossas calamidades, pois, recebendo nossos exilados, tomam conhecimento, por intermédio deles, do golpe que derrubou nossa cidade. (IOH. CHRYS. De stat., II, 3-4)

João Crisóstomo, nessa citação, reconhece a importância da população para a existência de uma cidade, cuja seiva seriam os seus habitantes em deslocamento contínuo, circulando pelas ruas, praças, edifícios e monumentos, assim como abelhas que incessantemente se movem em torno da colmeia, imagem retórica bastante apropriada para descrever o Fórum de Valente, que, na segunda metade do século IV, contava com iluminação

noturna, assim como a região adjacente, atraindo noite e dia uma multidão de pessoas, entre nativos e estrangeiros, residentes e visitantes. Sem sua gente, Antioquia perdia a própria condição de *pólis*, ainda que não tivesse sofrido qualquer destruição. Muito pelo contrário. O ambiente construído permanecia intacto, mas nele não havia vida, pois as folhas e frutos haviam desaparecido, restando apenas o caule, vale dizer, a infraestrutura urbana. Outrora pródigos em socializar uns com os outros, os cidadãos – ao menos os que decidiram permanecer na cidade ou os que não tinham condições de ir embora – agora evitavam a todo custo os antigos lugares de reunião, temendo ser detidos pelas autoridades imperiais, uma vez que as investigações ainda se encontravam em curso. O motivo de um cenário como esse é de certo modo enigmático para o pregador, pois os antioquenos haviam se tornado cativos – ou, melhor dizendo, refugiados – de si mesmos, na medida em que não teria havido qualquer acontecimento concreto que justificasse sua partida, nenhuma invasão ou ataque inimigo. Na realidade, Antioquia havia se tornado vítima do medo, do pânico que paralisa e que impede a formulação de um raciocínio claro sobre a realidade, de maneira que os habitantes viviam em permanente estado de angústia, com receio de serem, a qualquer momento, conduzidos às barras do tribunal (IOH, CHRYS. *De stat.*, II, 5). A cidade, antes acolhedora, se converte num lugar hostil, desagradável, num lugar marcado pelo desconforto, ou seja, numa *heterotopia*, tal como define Lefebvre (2004, p. 45), despertando, nos transeuntes, uma sensação de incômodo e desapontamento, como destaca o pregador num relato bastante emotivo:

A cidade, ela mesma, tendo o número de seus habitantes diminuído e poucos aparecendo aqui e acolá, se tornou agora melancólica, e lança uma densa névoa de pesar sobre quem a contempla. E não apenas o solo, mas a própria natureza do ar e mesmo o círculo dos raios solares me parecem agora sombrios, brilhando com menos intensidade. Não que os elementos tenham alterado a sua condição, mas é que os nossos olhos, confundidos pela nuvem de tristeza, são incapazes de receber a luz do Sol claramente, com o mesmo discernimento. [...] Para onde quer que alguém dirija o olhar, seja para o solo ou para as muralhas, seja para as colunas da cidade ou para os seus vizinhos, ele parece contemplar escuridão e trevas profundas, tamanha é a melancolia. Há um grande silêncio mis-

turado com horror, e solidão por toda parte. O zunido tão caro da multidão encontra-se agora sufocado. E, como se todos houvessem sido tragados pela terra, o silêncio se apossou da cidade. E todos os homens parecem seixos, sendo oprimidos pela calamidade como uma mordaca em suas línguas. Eles conservam o mais profundo silêncio, um silêncio como se inimigos houvessem se lançado sobre eles e os houvessem consumido todos, de uma só vez, pelo fogo ou pela espada. [...] Tão grande cidade, a cabeça daquelas que jazem sob o céu do Oriente, encontra-se na iminência de ser eliminada do meio do mundo civilizado. (IOH, CHRYS. De stat., II, 6-7)

João Crisóstomo exprime aqui toda a tristeza dos antioquenos diante de uma cidade vazia e silente, o que equivalia a uma sentença de morte, pois, sem a circulação de pessoas, sem a interação pelas ruas, avenidas e praças, sem o movimento de ir e vir, Antioquia não poderia mais continuar desfrutando da primazia entre as *poleis* do Oriente. De fato, sua condição de *megápolis* derivava, em larga medida, do seu extraordinário contingente demográfico, uma vez que pouquíssimas cidades, no Império Romano, poderiam abrigar 400 ou 500 mil habitantes. Nesse sentido, o abandono de Antioquia somente poderia suscitar, naqueles que guardavam a lembrança do quanto a *pólis* era dinâmica e vibrante, uma sensação de profundo desalento. Privada da sua gente e tendo o seu movimento estancado, Antioquia estava fadada a se tornar uma cidade morta. Mesmo aqueles que permaneceram não se encontravam em melhor situação quando comparados aos que fugiram, pois o lugar que costumava ser familiar e acolhedor e onde ocorria a produção e reprodução da vida cotidiana se convertera num local inóspito que desencorajava o consórcio entre as pessoas. A despeito da preservação do aparato arquitetônico, a cidade não contava mais com os seus usuários, ao passo que os remanescentes não se sentiam seguros para voltar a ocupar as ruas com a costumeira desenvoltura. A cacofonia própria do ambiente urbano fora substituída por um silêncio atordoante, e a cidade, construída para corrigir a aparente confusão da natureza e para funcionar como um refúgio, se tornara uma imensa paisagem do medo, como diria Tuan (2005), medo do incerto, do desconhecido, da punição que estava a caminho, mas que nunca chegou...

Os relatos de Libânio e de João Crisóstomo acerca da situação vigente em Antioquia logo após a revolta que culminou na depredação das estátuas imperiais, um crime da maior gravidade segundo a legislação romana, re-

velam, em primeiro lugar, a súbita comoção que se apoderou dos habitantes ao se aperceberem das terríveis consequências que seus atos poderiam acarretar, quando então começa a circular com intensidade o boato acerca da invasão da cidade pelo exército. Libânio (*Or.* XXIII, 12-13;15), no discurso *Contra os refugiados*, insiste, em duas oportunidades, no caráter infundado de tal notícia, tratando-a como um temor irreal, como invencionice de néscios, que, em lugar de ouvir a opinião de pessoas bem informadas, preferiam seguir a multidão, o que precipitou a cidade num frenesi, culminando com a morte de muitos e com a desorganização dos serviços urbanos. Além disso, em sua avaliação, seria altamente improvável que Teodósio punisse toda a cidade e não apenas os responsáveis pelo ultraje. Como contraponto aos argumentos do sofista, talvez valesse a pena lembrar que a possibilidade de o imperador infligir uma severa punição a Antioquia, para além do fechamento dos teatros e das termas e do rebaixamento da sua dignidade municipal, não era tão remota quanto se supunha, pois, em 390, no episódio conhecido como Massacre de Tessalônica, cerca de sete mil cidadãos foram sumariamente executados por ordem de Teodósio.⁷ Desse modo, a expectativa de que os antioquenos recebessem severa punição talvez não fosse, ao fim e ao cabo, tão esdrúxula quanto Libânio nos induz a pensar, ainda mais se levarmos em consideração o fato de que, antes mesmo da chegada de Cesário e Helébio à cidade, diversos cidadãos já haviam sido detidos e condenados sumariamente à morte.

Ademais, não devemos esquecer que o rumor ou o boato não são, *a priori*, produto de mentes mal-intencionadas que se aproveitam da credulidade alheia para promover o pânico mediante a difusão de notícias extravagantes e ameaçadoras, e sim uma modalidade primária de comunicação verbal, uma operação do pensamento coletivo, que, diante de uma ruptura iminente ou de uma situação precária, busca traçar um diagnóstico e, ao mesmo tempo, propor solução para o dilema vivido pelo grupo e/ou sociedade. Assim, o rumor cumpre não apenas a função de informar, mas também a de apresentar solução capaz de restabelecer a paz social. Sem se confundir com a tagarelice fútil ou com os comentários convencionais e corriqueiros, o rumor é uma narrativa que se estrutura como uma representação da realidade ou, dito de outro modo, é uma estratégia inconsciente, coletiva e ritualizada de se lidar com a incerteza, como esclarece Reumaux (1999).⁸ Os habitantes, ao abandonarem às pressas Antioquia, não estavam simplesmente agindo de modo estabonado ou irracional, e

sim respondendo, nos limites da sua capacidade cognitiva, a uma situação que reconheciam como particularmente grave. Para o bem ou para o mal, o comportamento humano, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, não é regido apenas pelos parâmetros da racionalidade cartesiana, pois depende também, em larga medida, de fatores de natureza emocional. Como assinala Farge (2011, p. 92), “o ajuntamento em torno de uma causa, a configuração de um coletivo se faz pelo contágio das emoções”, que amiúde encontram nos rumores uma via legítima de expressão.

Por ocasião do levante de 387, os antioquenos desafiaram abertamente a autoridade imperial. Chamados a responder pelos atos cometidos, preferiram a fuga a qualquer outra alternativa, mesmo que as consequências de tal opção tenham se revelado, em última análise, desastrosas. Não se trata aqui, obviamente, de condenar ou absolver os antioquenos pela decisão intempestiva de partir, mas apenas de reconhecer, por um lado, a capacidade do rumor de interferir no cotidiano da *pólis* ao provocar uma surpreendente agitação seguida de profunda inércia, e, por outro, o quanto a população é um agente histórico que não pode ser ignorado quando se trata de compreender o funcionamento das cidades, tanto as do presente quanto as do passado.

Documentação escrita

CHRYSOSTOM, J. The homilies on the statues to the people of Antioch. In: SCHAFF, P. (ed.). *Nicene and post-Nicene Fathers*. Trad. W. R. W. Stephens. Peabody: Hendrickson, 2004, p. 315-489. v. IX.

LIBANIUS. *Discursos I*: autobiografia. Trad. Antonio Melero Bellido. Madrid: Gredos, 2001.

_____. To the emperor Theodosius, about the riots. In: _____. *Selected orations*. Trad. A. F. Norman. Cambridge: Harvard University Press, 1977, p. 268-309. v. II.

_____. Against the refugees. In: _____. *Selected orations*. Trad. A. F. Norman. Cambridge: Harvard University Press, 1969, p. 237-267. v. II.

Referências bibliográficas

BARROS, J. A. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BROWNING, R. The role of the theatrical claque in the Later Roman Empire. *The Journal of Roman Studies*, n. 42, p. 13-20, 1952.

CASTELLANOS, S. El obispo come líder ciudadano. In: ACERBI, S.; MARCOS, M.; TORRES, J. (eds.). *El obispo en la Antigüedad Tardía*. Madrid: Trotta, 2016, p. 101-115.

DEY, H. W. *The afterlife of the Roman city: architecture and ceremony in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

DOWNEY, G. *A history of Antioch in Syria*. Princeton: Princeton University Press, 1961.

FARGE, A. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FINLEY, M. I. *Uso e abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FRENCH, D. Rhetoric and the Rebellion of A.D. 387 in Antioch. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Erfurt, v. 47, n. 4, p. 468-484, 1998.

GRIG, L. Cities in the “long” Late Antiquity, 2000-2012 – a survey essay. *Urban History*, v. 40, n. 3, p. 554-566, 2013.

GUARINELLO, N. L. *Ensaio sobre História Antiga*. Tese (Livro Docência em História), Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

INTAGLIATA, E. E.; COURAULT, C.; BARKER, S. J. Approaching late antique city walls with an empire-wide perspective. In: INTAGLIATA, E. E.; BARKER, S. J.; COURAULT, C. (eds.). *City walls in Late Antiquity*. Oxford: Oxbow, 2020, p. 1-7.

KENNEDY, H. The last century of Byzantine Syria: a reinterpretation. *Byzantinische Forschungen*, Amsterdam, n. 10, p. 141-183, 1985a.

_____. From polis to madina: urban change in late antique and early Islamic Syria. *Past and present*, Oxford, n. 106, p. 3-27, 1985b.

LAURENCE, R. Rumour and communication in Roman politics. *Greece & Rome*, Cambridge, v. 41, n. 1, p. 62-74, 1994.

LAURI, L. La città mediorientale in trasformazione: Antiochia dal tardo antico alla conquista araba. *Porphyra*, Veneza, a. IX, n. 13, p. 2-59, 2012.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *The decline and fall of the Roman city*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. The end of the ancient city. In: RICH, J. (ed.). *The city in Late Antiquity*. London: Routledge, 1992, p. 1-49.

- PERRIN, M. Y. Le nouveau style missionnaire: la conquête de l'espace et du temps. In: MAYEUR, J. et al. (eds.). *Histoire du Christianisme*. Paris: Desclée, 1995, p. 585-621. t. 2.
- PETIT, P. *Libanius et la vie municipale a Antioche au IVe siècle après J.-C.* Paris: Paul Geuthner, 1955.
- QUIROGA PUERTAS, A. J. De Statuis: las fuentes cristianas sobre la “Revuelta de las Estatuas”. *Hispania Sacra*, Logroño, v. 68, n. 138, p. 467-472, 2016.
- _____. Deflecting attention and shaping reality rhetoric (the case of the Riot of the Statues of A.D. 387 in Antioch). *Nova Tellvs*, Cidade do México, v. 26, n. 2, p. 135-153, 2008.
- REUMAUX, F. Um rito oral urbano, o rumor. *Proj. História*, São Paulo, v. 19, p. 17-30, 1999.
- SARADI, H. The dissolution of the urban space in the Early Byzantine centuries: the evidence of the imperial legislation. *Byzantina Symmeikta*, Atenas, v. 9, n. 2, p. 295-308, 1994.
- SCHWARTZ, S. *Imperialism and Jewish society, 200 B.C.E. to 640 C.E.* Princeton: Princeton University Press, 2001.
- SHAW, B. Bandits in the Roman Empire. *Past and Present*, Oxford, n. 105, p. 3-52, 1984.
- SILVA, E. C. M. *Conflito político-cultural na Antiguidade Tardia: o ‘Levante das Estátuas’ em Antioquia de Orontes (387 d.C.)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.
- SILVA, G. V.; SILVA, E. C. M. A participação feminina no Levante das Estátuas, em Antioquia (387 d.C.). *Hélade*, Niterói, v. 4, n. 1, p. 88-103, 2018.
- SOLER, E. Evêque et pasteurs à Antioche sous l'Empereur Théodose: l'engagement chrétien dans la défense de la cité après la sédition des statues (387). *Vescovi e Pastori in Epoca Teodosiana*, XXV Incontro di Studiosi dell'Antichità cristiana, Institutum Patristicum Augustinianum, Roma, p. 461-467, 1997.
- STEPHENS, J. A Pagan and Christian interpretation of the 387 Riot of the Statues. In: PAPANIKOS, G. T. (ed.). *ATINER's Conference Paper Series MDT 2013-0391*. Athens: Athens Institute for Education and Research, 2013, p. 1-16.
- TUAN, I. F. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- VAN DE PAVERD, F. *St. John Chrysostom: the homilies on the statues*. Roma: Orientalia Christiana Analecta, 1991.

WALBANK, F. W. *La pavorosa revolución: la decadencia del Imperio Romano en Occidente*. Madrid: Alianza, 1978.

WARD-PERKINS, B. The cities. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. (eds.). *The Cambridge Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 371-410. v. XII.

WILLIAMS, S.; FRIELL, G. *Theodosius, the Empire at bay*. New Haven: Yale University Press, 1994.

WHITTOW, M. Ruling the Late Roman an Early Byzantine city: a continuous history. *Past and Present*, Oxford, n. 129, p. 3-29, 1990.

Notas

¹ A instituição do *collegium* ou *ethnos* dos padeiros (*sitopoioi*), em Antioquia, era um fato recente, remontando ao governo de Valentiniano e Valente. Embora a reunião dos padeiros numa corporação própria tenha correspondido ao desejo dos imperadores em exercer maior controle sobre o serviço prestado à cidade, tal medida terminou por fortalecer a solidariedade entre os profissionais, que se sentiram mais à vontade tanto para aumentar o preço dos seus produtos sempre que lhes fosse conveniente, quanto para resistir ao mau humor dos governadores ou da população por meio da greve ou da fuga (PETIT, 1955, p. 119).

² Infelizmente, não é possível definir com exatidão o dia de fevereiro em que ocorreu o levante. Todavia, desde a minuciosa investigação conduzida por Frans Van de Paverd (1991), os pesquisadores têm adotado 25 ou 26 como a data mais provável, tal como sugerido pelo autor.

³ Na opinião de Downey (1961, p. 427), na medida em que o anúncio da nova taxa parece ter afetado todos os estratos sociais de Antioquia, é possível que ela se referisse, no fundo, a dois impostos já conhecidos dos antioquenos: o *aurum coronarium*, pago pelos membros da ordem senatorial quando da investidura do imperador e nas comemorações pela sua ascensão, e a *collatio lustralis*, recolhida dos comerciantes na mesma ocasião. Seja como for, o debate sobre a natureza do imposto ainda permanece em aberto.

⁴ Para informações mais detalhadas sobre o banditismo estrutural que grassava no Império Romano e que aterrorizava tanto as populações urbanas quanto as rurais, consultar Shaw (1984).

⁵ Embora as mulheres não houvessem participado diretamente da destruição das estátuas, elas não se encontraram alheias por completo ao levante e aos seus desdobramentos, como buscamos demonstrar em artigo recente (SILVA; SILVA, 2018).

⁶ No que se refere às contradições entre o relato de Libânio e o de João Crisóstomo sobre o Levante das Estátuas, consultar Quiroga Puertas (2008) e Stephens (2013), além de Silva (2012), que empreende uma análise comparativa sobre as narrativas de ambos os autores acerca do episódio.

⁷ A população de Tessalônica, assim como a de outras cidades do Império, na época tardia, era aficionada pelas competições do hipódromo, nutrindo grande admiração pelos aurigas mais competentes. Por essa razão, quando Buterico, um comandante godo tido em alta conta por Teodósio, decidiu deter um auriga bastante popular sob a suspeita de haver violado um rapaz, os habitantes se insurgiram prontamente, lançando-se contra Buterico e os demais integrantes da guarnição da cidade, cujos corpos foram trucidados e arrastados pelas ruas. Tomado de cólera, o imperador determinou que uma nova guarnição goda fosse enviada à cidade com a missão de castigar os tessalônios, que são surpreendidos, no hipódromo, pelo bloqueio das saídas. No interior do edifício, os soldados, por horas a fio, massacram os espectadores sem distinção, num dos mais cruentos episódios do século IV (WILLIAMS; FRIELL, 1994, p. 67-68).

⁸ Informações complementares sobre o papel do rumor na política romana podem ser encontradas em Laurence (1994). Muito embora o propósito do autor seja iluminar o comportamento eleitoral dos cidadãos na fase final da República, suas reflexões nos alertam para o quanto o rumor nunca foi, em Roma, estranho ao jogo político, muito pelo contrário.